

Compensar a pegada de carbono: “0 que implica”?

13 de Outubro, 2021

Chavões como “net zero”, “descarbonização climática” ou “neutralidade carbónica” fazem cada vez mais parte das prioridades das empresas. E com estes chavões, surgem as medidas para combater a redução das emissões. Neste *webinar*, promovido pela ANP | WWF Portugal e pela BCG (Boston Consulting Group), falaram-se dos desafios em torno da medição da pegada de carbono das empresas. Ficou claro que não há transparência para encorajar as empresas a investir em projetos capazes de compensar a pegada de carbono e, assim, alcançar em pleno o “net zero”. A sessão decorreu depois das entidades terem apresentado o relatório [“Para além das metas baseadas na ciência: um plano de ação corporativa para o clima e a natureza”](#) que mostra que, em Portugal, as empresas trabalham diretamente na descarbonização da sua atividade, mas só algumas investem financeiramente para compensar as emissões na sua cadeia de valor.

“Qual deve ser o *standard* utilizado? Que tipo de metodologia se vai utilizar? Quem vai ajudar as empresas a fazer essa mediação?” Estas questões fazem parte do conjunto de dúvidas que as empresas têm quando querem fazer a medição da pegada de carbono. Quem o diz é **Carlos Elavai**, em representação da BCG, destacando que se trata de um “caminho ainda incerto” e que só começou a ser trilhado há dois anos: “Ainda assim, têm vindo a duplicar de ano para ano a quantidade de empresas que estão a pensar de forma intencional sobre qual a sua pegada, que medidas devem ser aplicadas, se incluem nesses planos os fornecedores e como fazê-lo ou que tipo de tecnologias a usar”.



Carlos Elavai e Rui Barreira

E é precisamente nessa procura de soluções que **Rui Barreira**, em representação da ANP | WWF Portugal, se debruça para falar da abordagem que têm praticado no sentido de ajudar as empresas a fazer a compensação das emissões de CO₂. Atualmente, é numa perspetiva de território e paisagem que se centram, olhando para os territórios e pensando “como é que vamos valorizá-los no âmbito de projetos que sejam financiados pelas empresas no sentido de garantir a sua qualidade”. Na prática, o objetivo é “garantir que os projetos de carbono possam estar associados a outros serviços de ecossistema, que sejam bons e contabilizáveis. Assim, a abordagem – “seguida no Brasil (Baía)

e transportada em Portugal” – assenta na criação de uma plataforma de diálogo florestal onde entidades, associações ou ONG, discutem uma visão para um determinado território, de forma a encontrar uma estratégia e um planeamento: “Tem de se traduzir numa visão de longo prazo e tornar o investimento das empresas mais seguro”, explica. Em suma, o surgimento desta plataforma traduziu-se no surgimento de soluções inovadoras e, conseqüentemente, no interesse de se investir projetos de grande escala: “As empresas percebem que é um investimento de longo-prazo, estando dispostas a financiar soluções inovadoras e que não sejam apenas plantar árvores, mas novas formas de produzir soja ou bens essenciais à nossa alimentação”, explica. Pretende-se “inovar de um lado e compensar do outro”, afinca. Passando para o caso português, Rui Barreira destaca o objetivo de, igualmente, se criar uma plataforma em determinada região, mas já com algum sucesso, no sentido de criar uma visão partilhada de “transformar empresas que queiram mitigar a pegada e apresentar portfólios de projetos avaliados e com qualidade suficiente para serem financiados”. E a abordagem e a parceria entre a WWF Portugal e BCG facilita isso mesmo: “Temos um lado tecnológico e de contabilização com uma consultora a dar o seu contributo e, do outro lado, a transparência que este processo todo pode ter no sentido de garantir às empresas que aquilo em que estão investir tem qualidade, evitando riscos”.

[blockquote style="2"]Precisamos de segurança e certeza naquilo que investimos[/blockquote]



Manuel Bastos e Carlos Elavai

Do lado das empresas, **Manuel Bastos**, em representação da Coca-Cola, destaca que o processo de compensação é um caminho em planeamento. Contudo, o trabalho da redução da pegada já não é recente na Coca-Cola: “Nas emissões diretas, reduzimos 52%; em toda a cadeia de valor, reduzimos 30,5%”, exemplifica. No entanto, até 2030, o objeto é reduzir o máximo possível: “Queremos ter uma eficaz redução para continuarmos este trabalho. E, em 2040 queremos chegar ao net zero”. Outra questão que também está dentro das prioridades da empresa é a transparência dos dados: “Passamos sempre a nossa informação através do relatório de sustentabilidade anual com informação disponível para todos”. Ainda dentro da redução das emissões diretas, o responsável partilhou o compromisso de tornar todas as fábricas neutras: “Já temos a fábrica da Suécia e Espanha neutras em carbono”. E também ao nível transporte há metas: “Já mudamos para 75 as viaturas de frota híbridas e, em 2030, queremos que toda a frota seja 100% elétrica”. Já na cadeia de valor, os desafios são maiores, sendo que a distribuição do produto tem um “peso

relevante de emissões” e, por exemplo, as embalagens representam 43% do peso das emissões: “Nem sempre a solução que nos vem à cabeça é a melhor do ponto de vista de neutralidade”. E um bom exemplo disso é a “solução” do retornável: “Tem o seu peso de carbono e a produção é mais intensiva”, alerta. Nestas matérias, o foco é mesmo trabalhar no sentido das embalagens serem circulares: “E o futuro sistema de depósito de reembolso vai ser uma grande ajuda”, afirma. Voltando ao foco da Coca-Cola, centrado no investimento da redução da pegada de carbono, Manuel Bastos assegura que estão a ser estudadas várias oportunidades, mas deixa um alerta: “Muitos projetos de remoção de carbono demoram, muitas vezes, 10 anos a ter resultados”. E, apesar de ser “fácil” e “acessível” comprar “créditos de carbono”, estes não têm os *standards* que se exige: “Precisamos de segurança e certeza naquilo que investimos e perceber que vamos ter esse efeito (desejado) a médio e longo prazo”, atenta.



Rui Barreira e António Castro

Já no caso da EDP, apesar de se tratar de uma empresa com algum impacto nas emissões de CO₂, com destaque para o setor elétrico, **António Castro** assegura que já existe uma estratégia delineada há 12 anos para atacar o problema de frente: “Não vamos construir mais instalações emissoras de carbono. centraremos os investimentos nas energias renováveis”. Uma vez que as centrais elétricas a combustão da EDP são grandes instalações industriais, estas requerem de um inventário: “As nossas emissões são verificadas há mais de 10 anos. E nos países onde existe o comércio de emissões usamos a mesma metodologia”, afirma. A trajetória da EDP é clara: “Queremos ser livres de carbono em 2025. E queremos encerrar o carvão até 2025”. Apesar de, em Portugal, já o terem feito, o responsável refere que, em Espanha, ainda existe centrais por questões de “fornecimento”, mas o compromisso é “fechar ou vender até 2025”. Assim, nos objetivos de descarbonização da EDP, destaca-se o término da exploração a carvão até 2025, e até 2030, serem net zero: “Vamos também desinvestir nas centrais de ciclo combinado”. Mesmo sem um prazo definido, António Castro é claro: “Não queremos ser os donos dessas centrais. Mas, são centrais que vão continuar a ser necessárias para o abastecimento elétrico e tudo vai depender do desenvolvimento de baterias”. O foco da EDP centra-se assim no desenvolvimento de “parques eólicos e *offshore*” pelo mundo fora, assegura. No que diz respeito aos projetos compensação de emissões, o responsável partilha da mesma ideia, chamando a atenção para a falta de transparência que ainda existe: “Hoje em dia, não tenho clareza de onde fazer: se é na floresta, se é no oceano?”. Na opinião de António Castro, falta “clareza institucional” ao nível mundial: “Enquanto não ficar claro, tenho medo de investir. Se a parte política não consegue dar o passo de fazer esta jurisdição completa, que as ONG consigam arranjar”. No

entanto, “nada invalida que não haja projetos locais que estamos dispostos a experimentar”, remata.